

SINDIAGUA

INFORMA

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARÁ - 04/02/2011

Sindiagua quer permanência dos servidores nas gerências das unidades

O Sindiagua tomou conhecimento de que os gerentes das unidades de serviço e de negócio da Cagece estão respondendo pelos cargos provisoriamente, até serem nomeados outros profissionais. A diretoria do sindicato espera que estes cargos não sejam ocupados por pessoas que não sejam do quadro de funcionários da Cagece.

“As gerências de unidades são cargos que exigem experiência e conhecimento do trabalho da Cagece. É fundamental para

empresa que a categoria seja reconhecida e valorizada e tenha representantes do corpo gerencial. A Cagece tem excelentes profissionais de carreira na casa, com experiência e conhecimento necessários para ocupar essas funções”, defende Jadson Sarto, coordenador geral do Sindiagua.

A diretoria do Sindiagua lembra: a qualidade do serviço prestado pela Cagece passa pela valorização dos funcionários públicos.

CAMPANHA SALARIAL

Trabalhadores da Cogeh aprovam acordo coletivo 2010/2011

Em assembléia realizada no dia 28 de janeiro, os trabalhadores da Cogeh discutiram e aprovaram a proposta apresentada pela empresa para o fechamento da campanha salarial de 2010. A assembléia aconteceu no auditório da sede da Companhia. A aprovação do acordo coletivo, além de confirmar o reajuste salarial e do vale-alimentação de 4,84% (já aplicado desde julho), trouxe como principais conquistas o reajuste do auxílio-creche - que prevê a ampliação da idade do beneficiado para 14 anos e um aumento no

valor do benefício para R\$300,00 - e o reajuste do percentual de gratificação por titularidade (15% para especialização, 20% para mestrado e 25% para doutorado).

Durante a assembléia, foi decidido que o Sindiagua, juntamente com os trabalhadores, vai elaborar uma agenda de novas reivindicações que serão apresentadas na primeira reunião da Mesa de Negociação Permanente (MENP), entre elas a cobertura nacional do plano de saúde.

Trabalhadores do SAAE de Sobral ainda aguardam PCCR e concurso público

Mesmo sob ordem judicial, o SAAE de Sobral não tem apresentado iniciativas de que realizará o concurso público tão cedo. O prazo estipulado pela Justiça do Trabalho, após ação civil pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho (que atendeu a uma denúncia do Sindiagua), é de 120 dias a contar do mês de novembro.

Em reunião realizada no último dia 18, na sede do Sindiagua, o diretor presidente do SAAE de Sobral afirmou que a autarquia estaria empenhada em realizar o concurso público e que apresentaria à Justiça do Trabalho e ao sindicato uma proposta de edital e prazo. Mas até agora nada foi feito pela autarquia nesse sentido e não houve nenhum retorno ao Sindiagua. Se não realizar o concurso, além de desrespeitar mais uma vez os trabalhadores, o SAAE será penalizado com multa diária de mil reais, prejudicando financeiramente a empresa.

O superintendente do SAAE afirmou também, durante a reunião com a direção

do sindicato, que pretendia “engrenar” o PCCR e o Estatuto da autarquia, outras duas reivindicações da categoria ainda não atendidas. O Sindicato disponibilizou, desde o ano passado, um consultor em planejamento, além de sua assessoria jurídica, para elaborar propostas para o PCCR e o Estatuto. Para isso, o SAAE se comprometeu de enviar o organograma da autarquia, além de informações relativas ao quadro de funcionários e terceirizados até o final de janeiro. No entanto, nada chegou ao sindicato.

O Sindiagua cobra o cumprimento dos acordos e da determinação judicial e informa que vai enviar ao Ministério Público do Trabalho um ofício comunicando os fatos. No dia 12 de janeiro, a entidade já havia enviado um ofício ao Prefeito de Sobral solicitando uma audiência para tratar do assunto. Até o fechamento desta edição, não houve nenhum retorno nem da administração municipal, nem do SAAE. Os trabalhadores estão cansados de esperar.

SAAE de Russas tem acordo coletivo concluído

Os trabalhadores do SAAE de Russas aprovaram em assembléia geral, realizada em agosto, o acordo coletivo de 2010/2011. Após a aprovação do ACT, a diretoria do Sindiagua participou de várias reuniões com a procuradora do município, sendo a última no dia 5 de janeiro, quando o sindicato

apresentou todas as informações solicitadas, entre elas o levantamento dos custos do plano de saúde.

A procuradoria ficou de encaminhar, no mês de fevereiro, o projeto de lei com o ACT para votação na Câmara Municipal.

SAAES dificultam negociações no interior e trabalhadores são desrespeitados

Numa verdadeira demonstração de descaso e desrespeito, Prefeituras de alguns municípios do interior estão dificultando o fechamento de acordos coletivos com os trabalhadores.

Em Icó, o superintendente do SAAE, nomeado em julho passado, se comprometeu em dar mais atenção aos trabalhadores. Por ser funcionário de carreira e conhecer bem as dificuldades da categoria, ele manifestou intuito de fazer uma gestão diferenciada das administrações passadas. No entanto, o reajuste do vale-alimentação para R\$ 432,00 foi o único avanço conquistado até agora. O benefício começou a ser pago em dezembro. A categoria ainda aguarda o fechamento da campanha salarial de 2009. Há mais de dois anos os trabalhadores não têm reajuste salarial. A prefeitura da cidade está omissa.

Em outubro passado, o Sindiagua apresentou a pauta de reivindicações da campanha salarial 2010 aos SAAEs de Camocim e de Morada Nova, mas até o momento nenhuma reunião de negociação foi agendada, numa nova demonstração de desrespeito aos trabalhadores. A categoria afirma se sentir desvalorizada pelas prefeituras das duas cidades. Em Camocim, entre as reivindicações dos trabalhadores estão a volta de benefícios retirados em administrações passadas. São eles o plano de saúde e a cesta básica. O Sindiagua entrou em contato com o superintendente do SAAE da cidade em janeiro e o mesmo afirmou que iria falar com o prefeito da cidade, mas até o momento não houve retorno.

Na cidade de Ipueiras, além do início das negociações para fechamento do acordo coletivo, a categoria reivindica as correções da tabela salarial, que está defasada desde 2009. Em reunião com a diretoria do Sindiagua realizada no final do ano passado, os trabalhadores decidiram por unanimidade entrar na justiça para cobrar a revisão da tabela. Também foi decidido que será feita uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho sobre a falta de EPIs e as más condições que se encontram alguns locais de trabalho, como as casas de bombas e o escritório central.

Já em Limoeiro do Norte, a reunião com o prefeito da cidade, realizada em agosto passado, não trouxe avanços até o momento. Na ocasião, a prefeitura afirmou que concederia o reajuste do vale-alimentação e o auxílio-educação aos trabalhadores e que estudaria uma proposta para garantir o plano de saúde aos últimos concursados. No entanto, o acordo coletivo ainda não foi fechado e nada foi cumprido. Em novembro passado, o Sindiagua enviou ofício ao prefeito e se reuniu com o superintendente do SAAE para cobrar avanços. O mesmo ficou de dar retorno em janeiro, no entanto, nenhum contato foi feito.

O Sindiagua, juntamente com sua assessoria jurídica, afirma que está acompanhando as negociações no interior. A diretoria da entidade repudia a falta de diálogo e cobra respeito aos trabalhadores dos SAAES. Paralisações e manifestações são possíveis de acontecer.

Sindiagua solicita audiência com novo presidente da Cagece

A diretoria do Sindiagua enviou ofício ao novo presidente da Cagece, Jurandir Santiago, solicitando audiência. O objetivo é apresentar algumas demandas da categoria no início da nova gestão, entre elas a antecipação da PL, o cumprimento do pagamento das horas extras e a realização de concurso público. Reivindicação histórica dos trabalhadores, o último concurso da Cagece

foi realizado há 10 anos. A empresa possui uma das maiores demandas de atendimento entre as companhias de abastecimento de água do Nordeste, ao mesmo tempo que conta com um dos menores quadros de funcionários próprios da região.

O Sindiagua aguarda retorno do ofício e espera que a nova presidência possa ter um bom diálogo com os trabalhadores.

Pagamento do vale-alimentação volta à normalidade

Conforme informação repassada pela Cagece ao Sindiagua, os trabalhadores da companhia começaram a receber, no último dia 2, os cartões de débito do vale-alimentação. Com isso, o sistema de pagamento do benefício volta à normalidade, já que no mês de dezembro último, a empresa fez o pagamento dos vales por meio de depósito bancário, em dinheiro. A medida foi tomada por conta do término do contrato com a empresa que realiza o pagamento do benefício. A Companhia concluiu em janeiro deste ano a licitação da nova empresa que refará o pagamento de dezembro, juntamente com o de janeiro. Segundo informação dada pela empresa, até hoje (04/02), os valores dos dois meses serão creditados nos cartões. Com isso, o

pagamento feito em depósito bancário será descontado em seis parcelas, a partir de fevereiro.

A diretoria do Sindiagua espera que este problema não volte a ser repetir e que a empresa tome as providências em tempo hábil, para não causar prejuízos à categoria.

CAMPANHA SALARIAL INFORME

Em fevereiro, o Sindiagua começará as visitas aos locais de trabalho da capital e do interior para ouvir as demandas da categoria e as reivindicações para a campanha salarial de 2011. A diretoria da entidade lembra os trabalhadores que sugestões de pautas para a campanha salarial pode ser enviadas para o email sindiagua@sindiagua.org.br ou entregues na sede do Sindicato (veja o endereço no rodapé). É importante também que a categoria se mantenha informada acessando o nosso site: www.sindiagua.org.br

NOTA DE PESAR

Nossa solidariedade aos familiares e amigos de Gilvan Pinheiro - pai dos funcionários Alex (Gelog) e Alan Pinheiro (Gecope) - falecido no dia 17 de janeiro.
A diretoria

